



O suspeito trabalha ao lado

GESTÃO Cresce a preocupação do setor privado com os impactos da corrupção

POR SAMANTHA MAIA

A PERCEPÇÃO NO BRASIL de que a corrupção é um problema exclusivo do setor público foi abalada recentemente com os rumos da Operação Lava Jato e dos seus holofotes sobre crimes cometidos por construtoras privadas. A mudança de perspectiva ocorre no mesmo ano de entrada em vigor da Lei Anticorrupção, com previsão de punições severas às companhias envolvidas em atos ilícitos, como multa de 20% do faturamento, proibição de participação em licitações públicas por cin-

co anos e veto à contratação de empresários em bancos oficiais, além de prisão. Consultorias apontam um cenário de maior preocupação das empresas brasileiras quanto às consequências da corrupção para os negócios e a fragilidade da estrutura de combate aos desvios.

Segundo pesquisa da consultoria global de riscos empresariais Control Risks, realizada em junho e julho deste ano, 54% das companhias no País pretendem aumentar os investimentos no combate ao suborno e à corrupção e têm integrantes do conselho de administração ou de co-

mitês de *compliance*, ou controle interno de leis e regulamentos, dedicados a esse trabalho. No mundo, em média, 38% das empresas planejam ampliar esses investimentos e 47,5% possuem executivos de alto nível empenhados na luta anticorrupção. O levantamento foi realizado com 638 executivos, 46 deles atuantes no Brasil.

Segundo a pesquisa, 48% dos entrevistados brasileiros realizaram análises de riscos ligados à reputação de novos sócios comerciais, número abaixo da média internacional, de 58%. O uso de cláusulas de “não suborno” em contratos com terceiros foi citado por 59% dos entrevistados no Brasil, enquanto no resto do mundo o percentual foi de 64%.

O desenvolvimento insuficiente da gestão de risco é um problema apontado em um estudo recente da consultoria Deloitte. Das 124 companhias pesquisadas atuantes no Brasil, 35% não dispõem de uma política anticorrupção formalizada e 40% não têm um profissional dedicado à função. O investimento anual em *compliance* ficou abaixo de 1 milhão de reais por ano em 76% das empresas pesquisadas, valor considerado baixo em consequência do fato de 40% das companhias terem faturamento superior a 1 bilhão de reais. Com verbas insuficientes, 48% das empresas não têm programas de treinamento anticorrupção e 42% declararam não apurar informações sobre terceiros ou parceiros prestadores de serviços em nome

Estruturas para combater más práticas ainda são incipientes e exigem mais investimentos



Tecnologia

55.000

é o número de alunos no ensino básico na Finlândia

POR FELIPE MARRA MENDONÇA

da empresa, fornecedores e empregados.

As companhias parecem cientes do tamanho do desafio. Do total abrangido pelo levantamento, 55% enfrentaram casos de corrupção e 57% reconhecem o seu custo elevado nos negócios realizados no Brasil. Diante do problema, expressam a intenção de melhorar a gestão de risco. Para 94%, é desejável o maior envolvimento da área de *compliance* nos processos de entrada em novos mercados e de fusões e aquisições. Em 64%, isso não acontece.

A presença da corrupção no mundo corporativo é evidenciada por um levantamento da consultoria EY realizado neste ano. Para cerca de 70% dos executivos brasileiros entrevistados, práticas como o pagamento de propinas acontecem amplamente no ambiente de negócios. Na média global, a percepção é de 39%. Foram entrevistados 2,7 mil executivos de 59 países. Apesar da impressão disseminada da corrupção, apenas 12% admitiram ter sofrido tentativa de suborno.

Para a KPMG, a vigência da lei anticorrupção influencia o comportamento das empresas. Um dos seus reflexos é o aumento, desde o ano passado, do número de comitês de auditoria, de 95 para 103, de finanças, de 50 para 56, e de riscos, de 37 para 45, em apoio ao conselho de administração nas companhias de capital aberto. Segundo a pesquisa realizada com 235 empresas, também houve crescimento do valor anual médio pago aos auditores independentes.

Ainda é preciso avançar no investimento em auditoria, avalia o presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Eduardo Pocetti. “O mercado brasileiro ainda não tem a cultura de auditar. Apenas as empresas obrigadas a fazê-la, ou seja, aquelas de capital aberto ou de grande porte, contratam o serviço.” A Justiça fecha o cerco no combate à corrupção e o risco de responsabilização dos auditores preocupa a categoria. “Não se pode confundir o auditor com o administrador”, diz Pocetti. ●

Esqueçam os cadernos

A Finlândia decide tirar do currículo escolar o ensino de letra cursiva

O JORNAL FINLANDÊS *Savon Sanomat* trouxe no fim de novembro uma notícia interessante, o governo decidiu eliminar do currículo escolar o ensino de letra cursiva e de caligrafia para alunos do ensino fundamental. Segundo o governo, as crianças finlandesas seriam mais bem servidas com o ensino de datilografia, além de aprender a escrever com letra de forma. “A datilografia é uma habilidade cívica muito importante e deve ser estendida a todos”, disse Minna Harmanen, do Conselho Nacional de Educação.

O texto das diretrizes do programa educacional da Finlândia esclarece que os professores têm liberdade para prosseguir no ensino de letra cursiva se assim desejarem, principalmente porque algumas escolas do país ainda não têm computadores ou tablets em quantidade suficiente para todos os alunos. Um desses estabelecimentos está localizado em Siilin-

järvi, no centro do país. “Devemos receber os primeiros tablets no começo do próximo ano. Não acho que essas mudanças deixem nossas crianças em desvantagem. Elas também aprendem muitas coisas fora da escola”, disse a diretora da escola, Marja Rytivaara. “Claro que existem algumas crianças cujas famílias talvez não possam comprar um PC ou um tablet e isso pode marginalizar alguns alunos. É nossa função identificar se isso ocorre”, completou.

Quanto ao ensino de letra de forma, “para a maioria dos professores o que importa é que os alunos consigam distinguir letras em caixa-alta e em caixa-baixa”, disse Susanna Huhta, da Associação Nacional do Ensino da Língua. Mesmo assim, ela diz que a letra cursiva ajuda no desenvolvimento da motricidade fina e das funções cerebrais e que as aulas de caligrafia poderiam ser pelo menos substituídas por cursos de artesanato ou desenho.

O projeto finlandês aponta para o fim da escrita como forma de comunicação num futuro não muito distante. O lamento pelo fim do envio de cartas com a chegada do e-mail foi grande, mas a adoção plena de datilografia talvez tire da sociedade algo muito mais importante contido no gesto de escrever um texto de próprio punho. A eficiência a ser ganha é indiscutível, mas as outras perdas que ela traz certamente não foram bem calculadas. ●

